

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023
Processo: 23343.000059.2023-17

S&M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.350.057/0001-71, vem, tempestivamente, por seu representante infra assinado, à presença de Vossa Excelência, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão que declarou vencedora a empresa A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS EIRELI, dentro das prerrogativas consubstanciadas na Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 10.024/2019; Lei nº 8.666/93; IN SEGES/MPDG nº 05/2017; Lei nº 9.632/1998; LC nº 123/2006; Lei nº 6.019/1974; Decreto nº 8.538/2015; Decreto nº 9.507/2018; Decreto nº 7.746/2012; IN SLTI/MPOG nº 01/2010; IN SEGES/MPDG nº 03/2018; Portaria SEGES/MPDG nº 443/2018; Lei nº 12.305/2010; Nota Técnica CGN/SEGES/MPDG nº 66/2018, além das demais legislações pertinentes à matéria deste pleito, especialmente aos ditames do edital desta licitação, pelos fatos de direito argüidos:

PRELIMINAR

Deve-se observar que fora imposta uma ilegalidade neste certame, que se não corrigida fere o conceito real da licitação pública, porque a empresa A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS EIRELI, aqui denominada simplesmente recorrida, foi habilitada sem contudo atender as determinações do edital .

É justamente o fato de contrariar o edital, quando não corrigido o curso dos atos, que torna viciada a licitação

O festejado e Saudoso Professor Hely Lopes Meireles, in Licitação e Contratos Administrativos, editora Revista dos Tribunais, 9ª edição, 1990, pág. 21, preleciona que são princípios irrevogáveis do procedimento licitatório: "procedimento formal; publicidade de seus atos; isonomia entre os licitantes; vinculação ao Edital ou convite; julgamento objetivo e adjudicação compulsória ao vencedor".

Ainda; vale rememorar, que o Edital convocatório é a lei interna do processo licitatório, vinculando inteiramente a administração aos seus termos, sobre o tema, o artigo 41 (caput) da Lei 8.666/93, reza o seguinte teor:

"A administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada."

Adentrando nas razões, insurge-se a licitante S&M Conservação e Limpeza, doravante denominada recorrente, contra a decisão do Senhor Pregoeiro e Equipe de Apoio, que aceitou a proposta da empresa recorrida para fornecimento os serviços licitados, sem reunir condições para tal.

DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL

Vejamos o que revela o edital acerca dos critérios estabelecidos para comprovação de Habilitação Qualificação Técnica

8.14 Relativos à Qualificação Técnica:

8.14.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.14.2 Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito à execução de serviços de mesma natureza e de características similares aos a que se refere o presente Edital.

8.14.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.14.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.14.5 Para os fins da cláusula acima, poderá, a licitante, apresentar cópias de contratos de prestação de serviços de mesma natureza e de características similares aos a que se refere o presente Edital, acompanhados dos seguintes demonstrativos: a-) cópia dos contratos; b-) cópias dos respectivos termos de aditamentos, sem solução de continuidade; e c-) em se tratando de contratos celebrados com a Administração Pública, extratos de publicação do Diário Oficial do respectivo ente federativo; ou, em se tratando de contratos celebrados com empresas privadas, cópias de Fatura de prestação de serviços emitida nos 12 (doze) meses anteriores à data prevista para apresentação da proposta.

(...)

8.14.8 O LICITANTE DISPONIBILIZARÁ TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DOS ATESTADOS APRESENTADOS, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.(DESTACAMOS)

Pois bem, a empresa recorrida para haver sua habilitação técnica APRESENTOU APENAS 1 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO PELA EMPRESA KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO LTDA.

Entretanto, referido documento apresenta inconsistências que denotam falsidade documental nos seguintes termos.

Vejamos o que está declarado no atestado apresentado

"Atestamos para os devidos fins e para quem interessar possa que a empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ, sob o n.º 23.080.111/0001-50, empresa de prestação de serviços com sede à Rua Jornalista Antônio Pontes Tavares, nº 1195, Bairro Barroso, CEP 60.864-590, Fortaleza/Ce, executou para nossa empresa no período de 01.03.2016 a 30.10.2019, os serviços de locação de mão de obras temporárias para apoio os eventos realizados por esta empresa, com os quantitativos abaixo especificados"

1º Inconsistência:

A empresa A3 Locação de mão de obra, na data da emissão do atestado, ou seja, em 18 de novembro de 2019, tinha como razão social o seguinte nome empresarial "LUTERO LOCAÇÃO DE MÃO DER OBRAS E SERVIÇOS" EIRELE, conforme o 3º alteração ao Contrato Social Consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará

Como poderia então constar a razão social A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, registrada somente em 23/06/2022 (4ª alteração social) em um documento "firmado em 2019" ????????

2º Inconsistência

O contrato de prestação de serviços apresentado para LEGITIMAR O ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APRESENTADO CONSTA COMO DATA DE ASSINATURA 01 DE MARÇO DE 2016.

Entretanto, em 2016 a razão social da recorrida era MARTINS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, portando, está mais que cristalino que o documento apresentado NÃO FOI FIRMADO NA DATA QUE CONSTA NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

3ª Inconsistência

Em 2016 o representante legal da recorrida era a Sr. CHELYDA BRENDA DA SILVA LOPES.

Somente em 21/06/2022 é que o Sr. Andersom da Silva Martins ingressou na sociedade empresarial da recorrida. Como poderia então assinar contrato em 2016 como representante legal da recorrida???????

Cumpramos informar que a recorrida já foi inabilitada em vários processos licitatórios públicos por não comprovar a legalidade e veracidade das informações postas no atestado de capacidade técnica "firmado".

Ressaltamos, que a recorrida em outros processos licitatórios apenas sagrou-se vencedora e habilitada tendo em vista que não teve contestado o atestado ora atacado.

Como a Administração Pública não foi provocada nesses processos para diligência e averiguação da comprovação das informações consignados no único documento que a recorrida utiliza para sua habilitação técnica, a fraude documental está sendo perpetuada e utilizada indevidamente pela recorrida em seu benefício.

Por oportuno, segue transcrição da diligência realizada pela Câmara Municipal de Ipatinga em 23/02/2019 que questionou a recorrida acerca das inconsistências verificadas no atestado de capacidade técnica e contrato de prestação "supostamente" firmados com a empresa Kook Fornecimento de Refeições

"Pregão Eletrônico nº 01/2023
Processo Licitatório nº 09/2023
UASG 926522

Objeto: "Contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviços de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados na presidência, gabinetes e no Centro de Atenção ao Cidadão (CAC) da Câmara Municipal de Ipatinga, conforme especificações constantes no Edital e anexos."

Em 23/02/2023, às 17:37:23, o Processo Licitatório foi suspenso administrativamente pela Pregoeira para diligência a fim de verificar os documentos de habilitação da empresa A3 Locação de Mão de Obra e Serviços Ltda (3ª colocada).

A Equipe de Apoio, juntamente com a Pregoeira, analisando detidamente os documentos quanto à Habilitação Técnica, observou diversos erros ortográficos no Contrato 15/2016 anexado pela licitante como referente ao Atestado de Capacidade Técnica, celebrado entre ela e a empresa Kook Fornecimento de Refeições Coletivas Ltda. Erros como "contrada, contratio, peneiro, prazo indeterminados, infrações à legislação nos seguintes cassas" e diferenças de formatações (alinhamento de parágrafos, tamanhos de fontes e espaçamentos num mesmo parágrafo e espaçamentos diferentes entre outros parágrafos) no decorrer do texto, indicação de que o documento teria sido produzido a partir da utilização de OCR (Optical Character Recognition, em português, Reconhecimento Óptico de Caracteres) sobre documento texto em formato de imagem.

Observou também que, embora conste do "Atestado de Capacidade Técnica", fornecido por Kook Fornecimento de Refeições Coletivas Ltda, assinado em 18 de novembro de 2019, que a prestação de serviços se deu no período de

01.03.2016 a 30.10.2019; que o pagamento pelos serviços prestados se daria conforme "DIÁRIAS REALIZADAS nos eventos a (sic) realizados e com a solicitação da CONTRATANTE", e que os "quantitativos de eventos esta previstos, (sic) será de 30 (trinta) durante o período de 12 meses".

Em pesquisa no SICAF, a Equipe de Apoio e Pregoeira não localizaram outros atestados de capacidade técnica. Embora a licitante tenha juntado outros contratos aos autos do processo, nenhum desses comprova o quantitativo de mão de obra e de tempo exigidos no Edital, haja vista serem todos com início em 2022 e 2023.

Observou-se também que o Contrato apresentado se iniciou há cerca de 7 (sete) anos, sem assinatura digital ou autenticada, tendo a Pregoeira e Equipe achado por bem aprofundar nas diligências a serem realizadas.

Nesse ínterim, foi recebido no dia 23/02/2023, às 19h59min e-mail enviado por contrato.licitacaosm@gmail.com, expondo algumas inconsistências na documentação apresentada pela empresa diligenciada.

No dia 24/02/2023, a Pregoeira solicitou o contrato social e todas as alterações até às 14h45min do mesmo dia, tendo a empresa licitante respondido, enviando toda a documentação solicitada. O pedido da Pregoeira baseou-se no item 22.6 do Edital, que enuncia:

"É facultado a PREGOEIRA em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, usando, sobretudo a razoabilidade e proporcionalidade nas decisões, desde que não frustre a essência do Pregão, evitando justamente que formalismos desnecessários procrastinem os fins perseguidos pela Administração",

Após análise da documentação solicitada e dos demais documentos anexados para habilitação, a Pregoeira fez o seguinte questionamento:

"Sr. Licitante, a empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA apresentou 1 (um) atestado de prestação de serviços para comprovação de sua habilitação Técnica exigida no edital, emitido pela empresa KOOK Refeições Coletivas em 18 de novembro de 2019, bem como o contrato de prestação de serviços, assinado em 01 de março de 2016, que serviu para legitimar o referido atestado.

De posse do Contrato Social e Alterações, constatamos que em 2016 a empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA tinha sua razão social como MARTINS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI.

Diante do exposto cumpre-nos solicitar esclarecimentos de um Contrato firmado em 2016 estar com uma razão social pertencente à 4ª alteração contratual registrada em 2022.

Outra questão se refere à Demonstração de Resultado do Exercício -DRE, onde a empresa Licitante não constou suas receitas (bruta e líquida) no exercício de 2021. Solicitamos a devida justificativa pela ausência.

Solicitamos retorno dos questionamentos até às 15h30min da presente data."

Às 15h35min a empresa se manifestou da seguinte forma:

"Prezada Sra. Pregoeira,

Ref: JUSTIFICATIVAS A DILIGENCIAS.

A empresa A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ 23.080.111/0001-50, estabelecida na rua Hermínio Sampaio, nº 3100, Sala 1220, Bairro: Presidente Kennedy, Fortaleza/Ce, Cep: 60.355-512, doravante denominado LICITANTE, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, para fins do disposto no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, vem JUSTIFICAR:

Que a não consta nenhum valor de RECEITA BRUTA na DRE - Demonstração do Resultado do Exercício do BALANÇO PATRIMONIAL DE 2021, tendo em vista, que no exercício econômico do ano de 2021, nossa empresa não possuiu Faturamento de vendas e ou prestação de serviço, bem como, não possuiu Contratos firmados com a

Administração Pública e ou Privadas, motivo pelo qual não apresenta RECEITA BRUTA na sua DRE - Demonstração

do Resultado do Exercício. Que em data de 21/06/2022, adquirimos a empresa de razão social LUTERO LOCAÇÃO

DE MÃO DE OBRAS E SERVIÇOS EIRELE, conforme o 4º Aditivo ao Contrato Social Consolidado, devidamente

registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará, quando foram efetuados algumas alterações como a Razão

Social, mudança de Sócio Endereços entre outras, mas com o mesmo CNPJ de nº 23.080.111/0001-50, após as

alterações sociais solicitamos a Contratante KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, que nos

forneceu um ATESTADO DE CAPACIDADE dos serviços prestados com os novos dados da empresa atualizados,

mas mantendo os mesmo prazo de execução e emissão. A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EIRELI Av.

Sargento Hermínio Sampaio, 3100 - Sala 1220 - Cep.: 60.355-512 - Presidente Kennedy Fortaleza -Ceará - Fones

(85) 9.2000-82.62 - 99716.15.78 Justificamos ainda, que já firmamos vários Contratos com a Administração

Pública nos anos de 2022 e 2023, provenientes de processos licitatórios nos quais foram apreciados todos os

nossos documentos de habilitação entre estes nosso BALANÇO PATRIMONIAL do Exercício Financeiro do ano de

2021, bem como, nossa DRE - Demonstração do Resultado do Exercício e Capacitação Técnica, e que foram

devidamente aprovados pelos Srs. Pregoeiros e suas equipes de apoio, cujos objetos são compatíveis em

características, quantidades e prazos com o objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, bem como vem

executando os serviços com excelência e dentro das exigências contratuais, conforme demonstramos na nossa

Documentação de Habilitação."

Às 16:03 a Pregoeira fez o seguinte questionamento:

"Sr. Licitante,

Informamos que a questão abaixo não foi devidamente esclarecida. Desta forma reiteramos a necessidade do seguinte esclarecimento:

Como um Contrato firmado em 2016 estar com uma razão social pertencente à 4ª alteração contratual registrada em 2022 (contrato este anexado ao atestado da empresa KOOK refeições coletivas)?

Solicitamos retorno do questionamento até às 16h30min da presente data."

A empresa respondeu da seguinte forma:

"Prezada Sra. Pregoeira,

Como justificamos apenas solicitamos uma alteração de dados no Atestado de Capacidade Técnica que tinha sido firmado com a Razão Social anterior, LUTERO MÃO MÃO E SERVIÇOS EIRELI para a razão social atual A3 SERVIÇOS, tendo em vista que se trate da mesma empresa conforme podemos observar pelo CNPJ de nº 23.080.111~/0001-50."

Às 16h18min a Pregoeira reiterou a pergunta:

"Sr. Licitante, A dúvida se refere ao contrato anexado ao atestado.

Gentileza responder até às 16h30min."

Resposta referente ao questionamento acima foi:

"Como justificamos apenas solicitamos uma ALTERAÇÃO de dados no Atestado de Capacidade Técnica que tinha sido firmado com a Razão Social anterior, LUTERO MÃO MÃO E SERVIÇOS EIRELI no ano de 2016. para a razão social atual A3 SERVIÇOS, tendo em vista as alterações de dados pelo 4º Aditivo ao Contrato Social efetuados em de 2022, sem que houvesse mudanças no ATESTADO DE CAPACIDADE nas datas de execução e emissão, tendo em vista que se trate da mesma empresa conforme podemos observar pelo CNPJ de nº 23.080.111/0001-50."

Equipe de Apoio ligou no dia 24/02/2023, às 15h50, para a empresa Kook Refeições nos números (85) 3055-2711 (chamada não completada), (85) 98906-0236 (caixa postal) e (85) 92000-8262 (chamada não completada), com objetivo de confirmar as informações prestadas, sem sucesso. Após análise, a empresa A3 Locação de Mão de Obra e Serviços Ltda foi INABILITADA por não atender ao item 12.6.1.4 do Edital, onde apresentou inconsistências que não foram sanadas com a diligência"

A partir do resultado da diligência efetuada pela Câmara Municipal de Ipatinga não resta dúvidas sobre a falsidade documental do Atestado de Capacidade Técnica, bem como do Contrato de Prestação de serviços anexados no sistema e utilizado pela recorrida para tentar comprovar sua habilitação técnica.

CONFORME RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS REALIZADOS, A RECORRIDA NÃO JUSTIFICOU AS INCONSISTÊNCIAS REVELADAS.

E não poderia, pois a prestação dos serviços declarados nunca ocorreram!!!

Em outros procedimentos licitatórios em que foi solicitado a recorrida apresentação de nota fiscal referente aos serviços "supostamente" prestados durante 3 (três) anos, a recorrida jamais apresentou uma nota fiscal sequer ou outro documento capaz de legitimar o que está declarado no atestado de capacidade técnica firmado pela empresa KOOK FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA.

De acordo com a Lei, configura-se o crime de falsidade ideológica a ação de utilizar documento particular, com o fito de auferir vantagem em processo público, declaração falsa, que altera a verdade dos fatos.

Se a apresentação do documento foi realizada com a finalidade de participar de processo de licitação, a jurisprudência federal entende que constitui crime da competência da justiça federal, pois atinge os serviços do órgão federal, pondo em risco a fidedignidade de seus serviços.

No crime de falsidade ideológica (CP, art. 299) é desnecessária a perícia do documento inquinado se os autos revelam inequivocamente a inveracidade da declaração inserida, fato que revela ser o falsum atinente ao conteúdo e não documental (CP, art. 297). (TRF4. 200104010244881. 7ª T. VLADIMIR PASSOS DE FREITAS. DJ 28/08/2002. p. 840) (grifamos).

O TCU reafirmou seu entendimento sobre o uso de atestados falsos em licitações. De acordo com o Tribunal, a apresentação de atestado com conteúdo falso, por si, já configura a prática de fraude à licitação e tem como consequência a declaração de inidoneidade. (Ac. 1106/18-P).

No mesmo sentido, outras decisões indicam que a apresentação de atestados com conteúdo falso caracteriza ilícito administrativo gravíssimo, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade aplicáveis a todas as licitações públicas e faz surgir a possibilidade de o TCU declarar a inidoneidade da empresa fraudadora para participar de licitação na Administração Pública Federal, independentemente de a fraude ter resultado em prejuízo financeiro para a Administração. (cf. acórdãos 27/13, 2988/13 e 2677/14, todos do Plenário).

A persistência na manutenção da empresa recorrida como habilitada no certame, já que a mesma não comprovou sua qualificação financeira conforme exigido, será um desrespeito à Lei, ao Edital, e aos Princípios básicos das Licitações Públicas

As exigências de habilitação não são postas no edital por acaso ou por mera burocracia: elas existem para dar segurança à Administração de que a prestação dos serviços se dará por empresa capaz de assumir os compromissos.

PEDIDO

Em face do exposto, e, com base nos argumentos acima invocados, legislações, posicionamento doutrinários e jurisprudências citados, REQUER na forma da Lei, o acolhimento e provimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, e, por consequência seja DECLARADA INABILITADA A EMPRESA A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS EIRELI POR NÃO TER COMPROVADO SUA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CONFORME EXIGIDO NO EDITAL, e posterior exame da proposta subsequente na ordem de classificação

Acaso seja mantida a decisão recorrida, sem o provimento do presente recurso, o que se admite apenas por cautela que seja remetido o processo devidamente instruído com o presente recurso, à autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o artigo 109, § 4º, observando-se o disposto no § 3º, ambos do Estatuto das Licitações – Lei Federal n.º 8.666/93/93, em aplicação subsidiária.

Pede-se deferimento.

Belo Horizonte, 06 de março de 2023

JOSEANE CUSTODIA DOS SANTOS
DIRETORA

Voltar **Fechar**